

REVOLUÇÃO AGRÁRIA E AS NOVAS PRÁTICAS DO CAMPEPINATO NA FAZENDA RIACHÃO, EM LAGOA DOS GATOS, PERNAMBUCO:

Um Estudo do Bem Viver Camponês

Autor: Nilson Henrique da Silva

nilson.geo@hotmail.com

Orientador: Marcos Moraes Valença

marcosvalenca@recife.ifpe.edu.br

RESUMO

Este trabalho se apresenta como um estudo da dita Revolução Agrária, ocorrida na fazenda Riachão, em Lagoa dos Gatos, Pernambuco, quando em 2004 os camponeses organizados pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) tomaram as terras da fazenda, dividiram-nas e começaram a produzir, inaugurando o Bem Viver Camponês, ancorado na vida comunitária e na produção sustentável, que se seguiu após a conquista da terra. Assim, isto fez superar os aspectos semicoloniais e semifeudais engendrados pelo antigo latifúndio na área, inaugurando novas e superiores relações e práticas camponesas. Desta forma, o que se pretende aqui é demonstrar que a Revolução Agrária na fazenda Riachão gerou o Bem Viver Camponês, em oposição às velhas e atrasadas práticas engendradas pelo latifúndio na localidade.

Palavras-chave: Bem Viver; Fazenda Riachão; Revolução Agrária.

ABSTRACT

This work presents itself as a study of the so-called Agrarian Revolution that took place on the Riachão farm in Lagoa dos Gatos, Pernambuco. In 2004, peasants organized by the Poor Peasants' League (LCP) seized control of the

farm, divided the land, and began production, inaugurating the Peasants' Good Living anchored in community life and sustainable production, which followed after the land was acquired. In this way, it overcame the semi-colonial and semi-feudal aspects engendered by the old latifundium in the area, ushering in new and superior peasant relations and practices. Thus, the intention here is to demonstrate that the Agrarian Revolution on the Riachão farm gave rise to Peasants' Good Living, in opposition to the old and outdated practices engendered by the latifundium in the locality.

Keywords: Good Living; Riachão Farm; Agrarian Revolution.

1 INTRODUÇÃO

Na agricultura o regime de trabalho é determinado pelo regime de propriedade da terra (MARIÁTEGUI, 2010). Por óbvio, haverá diferença de regime de trabalho entre a propriedade latifundiária e a pequena propriedade camponesa, dada a distinção entre elas. Além disso, a cultura é uma expressão concentrada da economia e da política (MAO, 2019). Disso resulta que uma certa base econômica corresponderá necessariamente a uma determinada cultura.

Como classe social, o campesinato possui determinadas práticas, como práticas em meio ambiente e cultura, e estas práticas podem sofrer transformações a partir de mudanças no regime de propriedade e na economia. É sabido que o latifúndio engendra relações semifeudais no campo (MARIÁTEGUI, 2010), enquanto a pequena propriedade camponesa reflete a existência de relações mais democráticas, e a passagem da forma de propriedade latifundiária para a pequena propriedade camponesa pressupõe a necessidade de uma transformação no campo, nas práticas camponesas em meio ambiente e na própria cultura.

Por sua vez, o Bem Viver é uma matriz comunitária dos povos que vivem em harmonia com a natureza, embasado em dois pilares: solidariedade comunitária e sustentabilidade na produção (ACOSTA, 2016). Este é o caso dos povos originários, mas também dos próprios camponeses, como defenderemos aqui.

Em Lagoa dos Gatos, município do Agreste de Pernambuco, os 600 hectares da fazenda Riachão passaram do domínio do latifúndio para o domínio camponês no ano de 2004, quando a fazenda foi tomada pelos camponeses organizados pela liderança de José Ricardo, da LCP. Quais as mudanças nas práticas camponesas resultaram da transformação do latifúndio em um conjunto de pequenas propriedades camponesas? Este é o cerne desta pesquisa, entender as transformações das práticas do campesinato (em meio ambiente e cultura) derivadas da aplicação da Revolução Agrária na fazenda Riachão, e a hipótese é de que esta Revolução propiciou o advento de novas e superiores práticas em meio ambiente e cultura, fazendo superar o caráter atrasado (semicolonial e semifeudal) das relações engendradas pelo velho latifúndio, e inaugurando o Bem Viver camponês. Seria esta Revolução, que distribui terra aos pobres do campo, a chave para o Bem Viver dos camponeses? É o que veremos.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar como a Revolução Agrária propiciou o advento de novas práticas em meio ambiente e cultura na fazenda Riachão, derivando no Bem Viver camponês.

Para alcançar isso, figuram como objetivos específicos:

- Identificar e analisar as práticas semifeudais em meio ambiente e cultura engendradas pelo latifúndio na fazenda Riachão, antes do advento da Revolução Agrária;
- Identificar e analisar as novas práticas em meio ambiente e cultura surgidas após a realização da Revolução Agrária, que derivou no Bem Viver camponês;
- Entender a natureza do Bem Viver dos camponeses, estudando sua base material, que defendemos ter no território, isto é, no acesso à terra, o seu fundamento primordial.

2 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, três objetivos específicos foram traçados. O primeiro destes objetivos é o de revelar as práticas semifeudais existentes na fazenda Riachão, antes do advento da Revolução Agrária. As relações de produção de natureza feudais englobam dois aspectos, pagamento *in natura* e laço de dependência entre patrão e empregado (SODRÉ, 1990). A semifeudalidade, por sua vez, resulta da vigência deste tipo de relação em uma sociedade já imersa no modo de produção capitalista (SOUZA, 2014), como é o nosso caso. Aqui, buscaremos, pois, demonstrar que os antigos foreiros que viviam na fazenda Riachão estavam submetidos a relações atrasadas, do tipo semifeudais. Para alcançar este entendimento, todavia, será necessário caracterizar previamente a questão camponesa no nosso País.

Para resgatar a história dos antigos trabalhadores da fazenda Riachão, iremos rememorar as histórias contadas pelos próprios moradores da fazenda, isto para revelar o tipo de relação a que eles estavam submetidos antes da Revolução Agrária, na tentativa de revelar as características apontadas por Nelson Werneck Sodré (1990).

Por sua vez, queremos demonstrar que as relações de produção surgidas com a Revolução Agrária são mais avançadas e democráticas, derivando no Bem Viver, e, para isto, analisaremos a organização e as relações de produção e o regime de trabalho vigentes na fazenda após a Revolução Agrária, análise que deverá ser feita através de observação *in loco*, em especial a partir do contraponto entre a semicolonialidade e as relações atuais, e de entrevistas com os camponeses do local.

O que queremos, além disso, é ressaltar os aspectos do Bem Viver camponês no que diz respeito às relações de trabalho, em especial ao trabalho comunitário que se inicia após a Revolução Agrária. E, para isto, será fundamental franquear a fala aos camponeses da localidade, para que eles próprios revelem suas histórias e as suas condições de vida, para vermos se isto se enquadra na caracterização de Bem Viver enquanto prática de um povo do campo. Assim, a caracterização do Bem Viver está, como define Alberto Acosta (2016), fundamentada na vida comunitária e em práticas sustentáveis, sua base material sendo a terra, o território, como estamos propondo aqui.

Feito isto, acreditamos que será possível alcançar o objetivo geral definido. Assim, formulamos que existe uma oposição entre semicolonialidade

e as relações atuais, e que estas últimas foram inauguradas com Revolução Agrária, este sendo o marco do Bem Viver camponês, que tem na conquista da terra seu marco fundador.

Pela natureza desta pesquisa, optamos pela modalidade de artigo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e delineamento de pesquisador participante, isto na busca de uma metodologia que promova uma relação com a própria comunidade.

3 CARACTERIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Poderíamos iniciar a caracterização da questão agrária em uma incursão sobre a formação histórica e econômica do Brasil, contudo, dado o exíguo espaço deste artigo, nos prenderemos apenas aos aspectos modernos deste fenômeno. O Brasil é um País que não cumpriu as tarefas de uma revolução do tipo democrático-burguesa, por isso, temos pendente aqui o problema da terra, isto é, o problema camponês, que se manifesta, por um lado, no monopólio da terra na mão de um punhado de latifundiários, e, por outro, na existência de uma grande massa de camponeses pobres sem-terra ou com pouca terra, situação da qual resultam muitos conflitos agrários.

O marco mais importante deste problema é, sem dúvida, a Lei de Terras de 1850, que estabeleceu que a terra só poderia ser adquirida via compra no nosso País, o que resultou, mais à frente, após a Abolição da Escravatura, na constituição de uma massa de ex-escravos marginalizados, isto é, sem possibilidade de acesso à terra, pois sequer foram indenizados após a escravidão.

Pulando um longo período, já no século XX, a enorme concentração da terra (e a luta contra ela), é que vai dar origem às históricas Ligas Camponesas, de Francisco Julião. Estas Ligas tinham como programa social a realização da reforma agrária “na lei ou na marra”. Pode-se afirmar que, àquela época, as Ligas Camponesas foram a vertente mais organizada da luta pela terra no Brasil. É verdade que, antes disso, nosso País conheceu uma série de lutas e revoltas camponesas, mas, são com as Ligas Camponesas que estas lutas passam a ter maior consequência. Por representar um perigo à reprodução do sistema latifundista, as Ligas Camponesas foram uma das organizações mais combatidas pelo Regime Militar, implantado em 1964 no País.

Avançando mais um pouco, temos o surgimento da LCP, após o Massacre de Corumbiara, 1995, em Rondônia, quando as forças policiais deste Estado em conluio com pistoleiros, realizaram um massacre de camponeses que ocupavam a fazenda Santa Elina. Como resultado desta luta, vários camponeses resultaram mortos, feridos ou desaparecidos. Este episódio é denominado pela Liga como Batalha de Santa Elina, pois nele houve resistência combativa por parte dos camponeses, mesmo que em condições inferiores de força.

Passados mais de 25 anos daquele episódio, a LCP se tornou uma Organização camponesa de luta pela terra atuante em todo o País. A principal característica desta Organização, sem dúvida, é sua combatividade, pois ela mobiliza os camponeses para “tomar” os latifúndios, sendo a partilha da terra feita imediatamente após a entrada na terra: é o Corte Popular. No Corte Popular, que é uma marca da Liga, após a entrada na terra os lotes são

prontamente parcelados e entregues aos camponeses pobres para que eles iniciem a produção, independente da ação do Governo. Tomar todas as terras do latifúndio e acabar com as relações atrasadas no campo, como as relações semifeudais engendradas pelo latifúndio, é o que almeja a LCP. Sua consigna é: " A terra para quem nela vive e trabalha". Resulta disso uma grande esperança para resolução do problema da terra no nosso País, e a Liga vem fazendo seu papel histórico neste processo.

Figura 1 - Protesto da LCP



Fonte: Jornal a Nova Democracia

4 SEMICOLONIALIDADE E SEMIFEUDALIDADE NA FAZENDA RIACHÃO

Neste trabalho se fez necessário a realização de um estudo que caracterizasse o modo de produção e o regime da propriedade rural no País, isto para podermos chegar à correta caracterização da fazenda Riachão como latifúndio semicolonial e semifeudal. Partimos assim dos aspectos gerais para os particulares, de forma dedutiva. Sustentamos então que o latifúndio na fazenda Riachão engendrava relações do tipo semifeudais, em que os camponeses eram explorados e mantidos sob a base destas relações atrasadas, e isto só mudou com o Corte Popular, a partir da Revolução Agrária na Área, quando o latifúndio foi tomado e parcelado pelos camponeses sob a liderança de José Ricardo e da LCP, este sendo o evento a partir do qual novas práticas em meio ambiente e cultura brotaram. Conquistada a terra, isto abriu possibilidade para o Bem Viver camponês, pois sem uma base territorial este não pode se realizar plenamente, pois não há possibilidade de vida comunitária e de produção sustentável com populações desterritorializadas e sem acesso aos meios de produção rural.

Antes, os camponeses trabalhavam arrendando as terras do latifúndio, submetendo-se a relações do tipo semifeudais, como a meia ou a terça, situação em que o camponês deve ceder uma parte da produção ao dono da terra. Conforme o camponês conhecido como Naldinho, ocorria que, geralmente, o latifundiário tinha prioridade na escolha da área plantada pelos camponeses, ficando sempre a pior parte da produção para os arrendatários. Isto reafirma, conforme defende Sodré (1990), a existência de relações do tipo semifeudais na Área, que é caracterizada pelo pagamento *in natura* e pela existência de laço de dependência entre patrão e empregado. Observe que o

pagamento dos camponeses era exatamente uma parte da produção rural, pois "os arrendatários e os foreiros já produziam [aí] desde o tempo do Coronel Cordeirinho", latifundiário dono das terras de Riachão (SILVA, 2014), e também se mantinham aí laços de dependência, inclusive através do uso da violência, que segundo relatos dos camponeses, não raro ocorria. Segundo Seu Ramiro, um dos camponeses mais velhos do local, "na época de conflito intenso, homens de moto sempre ameaçavam os acampados" (SILVA, 2014). Na verdade, "os camponeses mais antigos revelam que o trabalho em suas terras era quase escravo" e que constantemente os trabalhadores eram "repreendidos e ameaçados" por jagunços (SILVA, 2014).

Seu Ramiro, confirmando o que disse Naldinho, "conta que [...] arrendava a terra, pois era arrendatário como seu pai. Ele conta que sua família também trabalhava com o sistema de terça" (SILVA, 2014).

Depois da tomada da terra pelos camponeses, essas relações atrasadas foram suprimidas, agora cada camponês tem seu lote de terra e produz para si próprio junto com suas famílias. Foi graças à Revolução Agrária, graças a mudança na base econômica, que esta transformação ocorreu. Assim, uma mudança no regime de propriedade modificou profundamente o regime de trabalho, modificou a cultura, inaugurando relações mais avançadas e derivando no Bem Viver camponês.

Antes de tudo, é necessário dizer que a fazenda Riachão estava praticamente abandonada antes do Corte Popular. Já depois do Corte, podemos notar que a Área se tornou a mais produtiva de toda a região, abastecendo a feira de Lagoa dos Gatos e até dos municípios vizinhos, com vários gêneros alimentícios. Para se ter uma ideia, segundo levantamento feito por Sá e Melo (2013), esta foi a evolução da produção agrícola entre 2009 e 2012 na fazenda Riachão:

Figura 2 - Produção Agrícola de 2009 na fazenda Riachão

Quadro 4: Quadro de Produção – Acampamento José Ricardo/2009

Produtos	Quantidade
Macaxeira	63 Toneladas
Mandioca (brava)	75 Toneladas
Batata	71 Toneladas
Milho	15,2 Toneladas + 600 sacos em espiga
Feijão	9 Toneladas
Alface	28.650 pés
Coentro	6,2 Toneladas + 300 Kg de sementes
Quiabo	78 Toneladas

Fonte: Jornal A Nova Democracia, 2010.

Fonte: SILVA (2014)

Figura 3 - Produção Agrícola de 2012 na fazenda Riachão

Quadro 5: Quadro de Produção – Acampamento José Ricardo/2012

Produtos	Quantidade
Macaxeira	70 Toneladas
Mandioca (brava)	60 Toneladas
Batata	80 Toneladas
Milho	80 Toneladas
Feijão	25 Toneladas
Alface	120.000 pés
Coentro	50 Toneladas
Quiabo	100 Toneladas

Fonte: Sá e Melo (2013).

Fonte: SILVA (2014)

A partir da Revolução Agrária, todos os camponeses passaram a ter uma vida melhor, com fartura de alimentos em quantidade e qualidade, como aponta o estudo indicado acima. A destruição do sustentáculo econômico basilar do poder da oligarquia - o latifúndio - fez cessar a exploração dos camponeses, fez cessar as relações semicoloniais e semifeudais que ele engendrava, fez cessar a miséria em que estes trabalhadores viviam. Nas nossas muitas visitas de campo na Área, desde 2006, constatamos que a vida dos camponeses mudou drasticamente, muitos dos quais obtêm uma boa renda com a produção agrícola e construíram casa própria e possuem veículos. É realmente um grande avanço em relação ao passado de exploração e opressão.

A partir daqui, para ilustrar o que falamos, vamos indicar a condição de vida de alguns camponeses da Área, condição esta que verificamos nas várias visitas que fizemos à localidade. Nesta caracterização, demonstraremos que a condição de vida dos camponeses melhorou após a Revolução Agrária, após o Corte Popular, o que é um contraponto ao passado de exploração e opressão. Já nos quadros acima, temos esta confirmação, pois a produção agrícola antes e depois do Corte Popular aumentou vertiginosamente, fornecendo dados para se afirmar a melhora do padrão de vida dos camponeses da fazenda a partir da oferta de alimentos.

5 UM RELATO DAS NOVAS PRÁTICAS CAMPONESAS

Naldinho nos contou que trabalhava com o pai arrendando terras do latifúndio e que eles viviam em situação de absoluta miséria, sem sequer conseguirem se alimentarem bem, passavam fome, pois sempre a melhor parte da produção, já que eles eram arrendatários, ficava para o latifundiário dono das terras que eles lavravam. Hoje ele obtêm uma boa renda com a criação de tilápias em tanques e com a plantação de banana em seu lote. Construiu uma casa própria na sua parcela, na qual reside com sua família. Não falta mais alimentos em sua mesa. Em certa ocasião, tivemos a oportunidade de comer as tilápias produzidas por Naldinho, que são muito saborosas. Nos dias em que se realiza a despesca nos tanques, vários camponeses ajudam na lida.

O camponês conhecido como Rádio, que tem sua parcela perto da de Naldinho, vive da plantação de banana e de outras produções variadas, e obtêm uma boa renda para sustentar sua esposa e filho, Cida e Naelton.

Possui casa própria na Área. Rádio sai para cultivar seu lote ainda de madrugada, e só retorna quando o Sol se põe. Em uma de nossas visitas à Área, tivemos a oportunidade de ajudar Rádio na sua lida em seu lote, um trabalho muito intenso e desgastante. Rádio também se mostra muito disposto em ajudar outros camponeses na produção deles.

Cícero Luiz, um animado camponês, cantador de vaquejada, planta mandioca com a esposa e os filhos, e tem uma casa de farinha na Área. Construiu casa própria em seu lote. Tivemos a oportunidade de trabalhar um dia na casa de farinha de Cícero Luiz. Apesar do trabalho duro no processo de produção da farinha, o mesmo foi feito com muita alegria, principalmente pela animação de Cícero Luiz, com suas cantorias e anedotas. Na ocasião, ele preparou uma saborosa e enorme tapioca, que todos nós consumimos com um cafezinho. No processo de produção de farinha, Cícero Luiz conta com o apoio de vários amigos, camponeses da localidade que também costumam produzir farinha em sua casa.

Adriano tem um bar na Área, além de se dedicar a produção de banana e criação de tilápias. Possui casa própria em seu lote. Seu bar é bastante frequentado para veraneio e os pratos servidos são constituídos por produtos produzidos no seu próprio lote. Em mais de uma ocasião, tivemos a oportunidade de frequentar o bar de Adriano, no qual comemos saborosas tilápias e tomamos um vinho de gengibre de produção local. Adriano emprega outros camponeses em seu bar, como cozinheiras e garçons. Além disso, Adriano cedeu uma parte de suas terras para um outro camponês sem terra produzir.

Seu Ramiro, cujo pai foi integrante das antigas Ligas Camponesas, disse que chegou a chorar quando a bandeira da LCP foi erguida na Área. Seu Ramiro e a esposa atualmente se dedicam à plantação de mandioca, laranja e outras produções variadas. Em uma das nossas visitas à Área, fomos na casa de seu Ramiro e tomamos um delicioso cafezinho com bolo de milho. Ramiro sempre está disposto a participar do Grupo de Ajuda Mútua e ajudar outros camponeses na produção.

Figura 4 - Camponeses trabalhando em um Lote na Área



Fonte: Jornal a Nova Democracia

O casal, Leu e Valdecir, que estão na Área desde a primeira ocupação, se dedica à produção de hortaliças. Eles têm casa própria na Área. Eles têm mesa farta todos os dias, tendo nos convidado em uma ocasião para almoçar

em uma de nossas visitas à Área. Eles vendem sua produção na feira da cidade, sustentando a família com esse trabalho. Leu e Valdecir estão sempre dispostos a ajudar outros camponeses na produção, seja na plantação ou na colheita. Em uma ocasião, tivemos a satisfação de trabalhar na colheita de feijão junto com Leu, que estava ajudando o jovem camponês Matias na área coletiva.

Já Daniel, um jovem camponês, se dedica à produção de girassóis, enquanto seu irmão, Zé, se dedica à produção de feijão na área coletiva. A família tem dois lotes na Área e vende a produção na feira da cidade de Lagoa dos Gatos. Também possuem casa própria. Daniel nos presenteou com sementes de girassóis em uma de nossas visitas à Área.

Boi D'Água, um camponês já idoso, possui uma parcela na Área. Também tem casa própria. Por conta de sua idade avançada, arrendou sua parcela e obtém renda desta forma. Tivemos a satisfação de dormir em sua casa em uma certa ocasião, e o recebemos em nossa casa quando ele precisou vir ao Recife para uma audiência sobre o processo judicial das terras de Riachão.

Matias é um jovem camponês do qual ficamos bastante amigo, ele chegou na Área recentemente e produz feijão na área coletiva. Em certa ocasião, saímos com Matias para conhecer a Área, fomos até a mata e na Pedra da Santa, um mirante do qual você pode avistar toda a beleza da Área Camponesa. Matias é de família indígena e veio do Ceará.

Tonho de Totina é um camponês já idoso, entretanto ainda bastante disposto para a lida no campo. Em um dos cursos que fizemos na Área Camponesa, tivemos a oportunidade de almoçar em sua casa, na ocasião ele nos contou que tem bastante produção, e que só não tem mais por conta da insegurança jurídica e da possibilidade de os camponeses perderem as terras da fazenda. Tonho também nos recebeu em sua casa para o almoço.

Ivonaldo é um camponês trabalhador. É rápido na lida e algumas vezes já foi pra São Paulo tentar a vida. Adora vaquejada e cuidar de cavalos. Trabalhou como pedreiro na maior metrópole do Brasil. A insegurança sobre a posse da terra o faz ser comedido no que se refere à produção. Já Zé, marido de Eline, produz feijão para vender na feira do município.

Lula foi presidente da Associação dos Produtores Rurais de Riachão de Dentro, e também possui um lote na Área. Lula é um sujeito muito calmo e sempre explica as coisas de forma bem detalhada, isto o fez ser aclamado como representante dos moradores do local.

Cláudio e Bruna são dois jovens líderes camponeses. Ambos abandonaram o curso universitário e resolveram morar com os camponeses de Riachão, sendo muito queridos por todos lá. Ajudamos eles a produzirem batata em uma certa ocasião, junto com o camponês Rádio. Já PJ, o atual coordenador da Área, também abandonou o curso universitário na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e resolveu morar junto com os camponeses, tendo levado esposa e uma filha para a Área. Bastante brincalhão, PJ é querido por todos, todavia, fica bastante sério quando se trata de defender a luta dos camponeses. Tivemos a oportunidade de ter longas conversas com PJ, que mostra um profundo conhecimento da questão camponesa no nosso País e os caminhos para resolvê-la.

Sobre a realização do trabalho coletivo, em uma de nossas visitas à Área, tivemos a oportunidade de trabalhar junto com mais de duas dezenas de camponeses e estudantes, na limpeza do açude e na construção de uma cisterna para abastecimento da sede do assentamento. Foi a atuação do Grupo de Ajuda Mútua que presenciamos. Tivemos ainda a oportunidade de presenciar a realização de duas assembleias populares, das quais participaram centenas de camponeses. Na primeira delas os camponeses discutiram os problemas do assentamento, em especial a necessidade de construção de algumas lombadas nas estradas locais, pois, pouco tempo antes, um camponês foi vítima de um acidente fatal em uma estrada do assentamento. A construção das lombadas ficou a cargo do Grupo de Ajuda Mútua, enquanto a Associação Rural ficou de solicitar à Prefeitura a melhoria das estradas que cortam a Área. A Assembleia Popular e o Grupo de Ajuda Mútua são exemplos da vida comunitária, característica do Bem Viver segundo Alberto Acosta (2016).

A segunda assembleia de que participamos se deu durante a Festa do Corte Popular, festividade anual do assentamento. Na ocasião, uma mesa foi formada com vários representantes de organizações, entre elas, a LCP, a Associação Rural, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, o movimento estudantil, dentre outras. Mesmo com tantas autoridades, os camponeses tiveram o protagonismo, fazendo as principais falas entre votos de celebração e cobranças às autoridades. Depois da assembleia, se iniciou a festa, que teve o formato de quermesse, com barraquinhas de comidas típicas e banda de música.

Figura 5 - Plantação nos Lotes da Área



Fonte: Jornal Resistência Camponesa

O regime de trabalho na Área, como pode ser observado, é a agricultura familiar camponesa, em oposição ao antigo regime semifeudal do latifúndio, não há mais a meia ou a terça. Além disso, não é incomum a realização de trabalho coletivo na fazenda Riachão, seja espontaneamente pelos próprios camponeses, seja nos grupos fomentados pela Liga. Entre os organismos de atuação comunitária estão o Grupo de Ajuda Mútua, a área de produção coletiva, a Assembleia Popular, além do Comitê de Defesa da Revolução Agrária (CDRA), uma espécie de governo local. É a solidariedade comunitária

dos camponeses, elemento do Bem Viver, da vida comunitária na fazenda, que se desenvolve nestes grupos. Foi a democratização da terra, com o Corte Popular, que fez, sem dúvida, surgirem relações mais avançadas na fazenda Riachão, renomeada pelos camponeses locais como Área Camponesa José Ricardo, em homenagem ao falecido líder que organizou a tomada destas terras do latifúndio. Estas novas relações apontam para a coletivização da terra e do trabalho, para a constituição de uma vida comunitária plena, e este é realmente o contraponto ao sistema feudal latifundiário, onde os subalternos não apenas podem falar, mas também podem agir para transformar a realidade em que vivem (SPIVAK, 2010).

Figura 6 - Mapa dos Lotes da Área

Figura 12: Mapa de divisão dos lotes da Área Revolucionária José Ricardo.



Arquivo: LCP do Nordeste, 2009.

Fonte: SILVA (2014)

6 OS FUNDAMENTOS DO BEM VIVER CAMPONÊS NA FAZENDA RIACHÃO

Temos sustentado aqui, que a base material do Bem Viver para os povos do campo é o acesso à terra, sem ele, desterritorializado, o Bem Viver não pode existir, pois as suas duas condições básicas desaparecem: vida comunitária e sustentabilidade na produção. Segundo Mariátegui (2010), o problema dos povos originários se assemelha ao problema dos camponeses, isto é, a questão da terra, a questão fundiária. Se camponeses e indígenas compartilham este mesmo problema, compartilham também formas do Bem Viver de uma vida comunitária e de preservação da natureza.

A pequena propriedade camponesa, principalmente quando trabalhada de forma sustentável, é um contraponto ao latifúndio monocultor que degrada a terra e os recursos, assim, a luta pela terra está contra o caráter semicolonial e semifeudal do latifúndio monocultor e explorador. Portanto, o Bem Viver questiona o colonialismo intrínseco ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo, que tem no latifúndio sua base material.

As práticas camponesas em meio ambiente e cultura na fazenda Riachão, como vimos, estão ancoradas em dois pontos: solidariedade e sustentabilidade, estes sendo os dois elementos do Bem Viver para Acosta (2016). Estas práticas são, pois, o fundamento de uma economia comunitária

autossustentável. Para Acosta (2016) "O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza", este é o caso não somente dos povos originários, mas também dos camponeses que produzem alimentos saudáveis e em harmonia com a natureza. Como vimos, em Lagoa dos Gatos, os camponeses, além da solidariedade comunitária na produção, produzem de forma sustentável, uma das maiores preocupações do Corte Popular foi, por exemplo, a preservação das matas e das águas que se encontram dentro da fazenda.

Segundo Leda (2014), as experiências subalternas confrontam uma narrativa hegemônica de modernidade. No caso específico dos camponeses, a Revolução Agrária confronta o sistema feudal latifundiário que se erige nos países atrasados, nos países semicoloniais, como é o caso específico do Brasil.

Segundo Acosta (2023), o Bem Viver é uma filosofia e um modo de vida dos povos originários latino-americanos, em especial dos povos andinos, mas é também um modo de vida das populações tradicionais espalhadas pelo Globo. O elemento que se destaca nesta filosofia é a vida em harmonia com a natureza, isto é, a realização de um tipo de produção e reprodução da vida que não degrada o meio ambiente. Para José María Tortosa, *in* Acosta (2023), "O bem Viver [é] uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza [...]". Assim, "O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza" (ACOSTA, 2023). Por óbvio, disto resulta que os camponeses não estão excluídos desta caracterização, especialmente quando eles cumprem estes critérios. No caso do Bem Viver, "O centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza" (ACOSTA, 2023). Estes dois elementos (vida comunitária e produção sustentável), podemos afirmar ter encontrado na fazenda Riachão nas nossas várias visitas à localidade. Veja que para Acosta (2023), "O Bem Viver é um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico-sociais de povos permanentemente marginalizados", este sendo o caso do campesinato pobre dos países atrasados, como é o caso do Brasil. Esta ideia está fundamentada no fato de que, conforme Acosta (2023), "O Bem Viver, [...], não pode excluir possíveis contribuições da vida comunitária não indígena que encontrou formas de sobrevivência dentro dos próprios sistemas dominantes [...]" Não é este, pois, o caso dos camponeses pobres? Tudo indica que sim, pois seu modo de vida se insere em todos os critérios de caracterização do Bem Viver: vida comunitária, produção sustentável e luta contra o sistema hegemônico de dominação capitalista.

Na fazenda Riachão, facilmente encontramos estas características e elementos do Bem Viver, como por exemplo: a preservação das matas e das águas, o trabalho coletivo comunitário e a militância dos camponeses contra o sistema de exploração e opressão que os oprimem, o capitalismo. Não é, por acaso, isto um fator do reconhecimento do Bem Viver camponês? Parece que sim! Advogamos, portanto, pela existência do Bem Viver Camponês na localidade, que se assemelha, portanto, ao Bem Viver dos povos originários. Daí resulta a semelhança do Bem Viver dos indígenas e dos povos do campo. Todavia, não podemos confundir Bem Viver e viver bem, este último sendo

ainda um elemento do capitalismo e do seu dito estado de bem-estar social, que supostamente quer inserir todos no sistema de consumo e produção capitalistas.

A produção sustentável é uma realidade da fazenda Riachão, pois há o cuidado com a terra visando evitar o seu esgotamento, dada a dependência da população local deste meio de produção, que é a base de reprodução de suas próprias vidas. Assim, várias técnicas tradicionais são utilizadas pela população local para esta finalidade: adubação da terra, descanso da terra, controle de queimadas, rotação e associação de culturas, reflorestamento, preservação das matas e das águas, construção de estruturas com materiais recicláveis, a exemplo das pontes construídas com pneus velhos etc. É evidente, entretanto, que dada a ausência de assistência rural aos camponeses do local, as técnicas mais modernas de preservação da natureza ainda não são praticadas na fazenda, como, por exemplo, os sistemas agroflorestais.

Já a vida comunitária, por sua vez, está assentada na solidariedade, nos grupos de trabalho coletivo e ajuda mútua, na constituição de uma associação de moradores, na realização de frequentes assembleias populares em que todos participam, na definição de áreas de produção coletivas, na vida comunitária que acontece na sede da fazenda e áreas de veraneio etc. Estes elementos apontam, pois, para a existência de uma rica vida comunitária na localidade, que se contrapõe a dispersão comum que ocorre nas zonas rurais. Assim, a vida comunitária na fazenda Riachão é bastante ativa e possui elementos do Bem Viver.

Ainda, a luta contra o sistema hegemônico capitalista se dá através da incipiente coletivização dos meios de produção na Área, além da constituição de grupos de ajuda mútua, da realização de trabalho coletivo e da definição de áreas de produção coletivas. Todavia, os camponeses vivem neste sistema e lutam para sobreviverem nele, sua produção se enquadrando num tipo de produção individual capitalista e a venda dos seus produtos se dá dentro deste sistema. Mesmo assim, verificamos elementos de luta contra este sistema, em especial quando eles se organizam para "tomar" os latifúndios e parcelá-los, distribuindo terras aos camponeses pobres, colocando em xeque o sistema feudal-latifundiário e as relações atrasadas que ele engendra. É a Revolução Agrária!

Assim, defendemos que a base material do Bem Viver camponês é o acesso à terra, esta sendo pré-condição fundamental para sua existência, e sem o qual ele não se realiza plenamente, pois não existe vida comunitária e produção sustentável sem terra para cultivar e viver, isto não significa, todavia, que neste caso também não exista possibilidade de luta contra-hegemônica, que é o caminho para se conquistar a terra e produzir. Muitos camponeses vivem em acampamentos e lutam por um pedaço de terra em nosso País, mas os camponeses dispersos, expulsos de suas áreas pelo latifúndio, não possuem vida comunitária nem realizam produção sustentável, dado que não possuem a base material para isto: a terra.

Vemos, portanto, na fazenda Riachão, uma tentativa de construir uma sociedade solidária e sustentável, em que "[...] o Bem Viver se transforma em ponto de partida, caminho e horizonte para desconstruir a matriz colonial que desconhece a diversidade cultural, ecológica e política", mesmo que eles não reconheçam isso (ACOSTA, 2023). É o Bem Viver camponês que se afirma aí,

Bem Viver que surge da luta coletiva pela terra, da produção sustentável e da constituição de uma rica vida comunitária.

Queremos destacar, portanto, a íntima relação entre o regime de propriedade da terra e o Bem Viver. Se por um lado este é impossível com a grande propriedade feudal-latifundiária, ele é plenamente possível com a pequena propriedade camponesa, está sendo, como definimos, a base material para sua existência.

7 CONCLUSÃO

É bastante ousado terminar este trabalho afirmando que a Revolução Agrária gerou o Bem Viver na fazenda Riachão, em oposição às velhas práticas semicoloniais e semifeudais engendradas pelo latifúndio, como o fizemos, quando apenas da indicação de elementos prévios para tal caracterização. Por isso, embora acreditemos ter contribuído com o debate no sentido de apontar elementos que corroboram com essa perspectiva, não chegamos a uma conclusão definitiva sobre esta questão, em virtude da necessidade de um melhor embasamento. Assim, temos motivo para acreditar que esta afirmativa é provisória, pois ela ainda não está suficientemente embasada num esforço teórico e empírico suficientes. Resulta então, a necessidade de aprofundar este trabalho, para que se possa analisar a questão mais a fundo, com um referencial teórico e empírico mais amplos, e tirar uma conclusão definitiva sobre a existência do Bem Viver camponês supostamente inaugurado pela Revolução Agrária.

Sobre o Bem Viver, entretanto, podemos afirmar que sua existência sem uma base material (o território) não se realiza, sem o acesso à terra concluímos que esta condição se torna impossível, tanto para os povos originários, como para os povos do campo de uma forma geral, como no caso dos camponeses da fazenda Riachão, como se comprova antes e depois do Corte Popular na fazenda. E esta afirmativa está embasada no depoimento dos próprios camponeses da localidade, que comprovam a constituição de uma vida comunitária e produção sustentável depois da Revolução Agrária, dois elementos do Bem Viver apontados por Alberto Acosta (2016), surgidos depois do corte da terra. Chegamos à conclusão também que o Bem Viver não é possível para populações desterritorializadas, expulsas dos seus territórios, pois isso causa uma desagregação da vida comunitária e impossibilita a produção sustentável.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. Rio de Janeiro: Elefante, 2016.
_____. 2023.

JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. **Ligas Camponesas voltam ao Nordeste**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 50, fev. 2009.

LEDA, Manuela Corrêa. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade**. Brasília, 2014.

MAO TSÉ-TUNG. A Nova Democracia na China. **Biblioteca Marxista**, São Paulo, 1975. Acesso em: 16 dez. 2019.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SÁ, Carolina Figueiredo de; MELO, Maria José de. **Corte Popular: impactos da luta pela terra em Lagoa dos Gatos/PE**. Anais do SINGA, São Paulo, 2013.

SILVA, David Pimentel Oliveira. **A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela terra no Nordeste**: contribuição ao estudo sobre o movimento camponês no Brasil. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-graduação em Geografia/UFS, São Cristóvão, 2014.

SODRÉ, Néson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação no campo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.